



*Município de Bombarral*

**Procedimento concursal de caráter urgente para a constituição de relação jurídica de emprego publico, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários (Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro)**

**1 Posto de Trabalho – Técnico Superior (Proteção Civil)**

Nos termos e para os efeitos previstos nos n.ºs 4.º e 5.º do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por meu despacho de 25 de junho, se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP), e na página eletrónica do Município do Bombarral, [www.cm-bombarral.pt](http://www.cm-bombarral.pt); procedimento concursal para a constituição de relação jurídica de emprego publico por tempo indeterminado, no âmbito do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal para 2018, pertencente à carreira/categoria de Técnico Superior.

**1- Identificação do posto de trabalho:**

- 1 posto de trabalho – carreira/categoria de Técnico Superior, para desempenhar funções no Gabinete da Proteção Civil.

2 – Caracterização do posto de trabalho: Exercício de funções inerentes à carreira/categoria de técnico superior, com grau de complexidade 3 de acordo com o anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designadamente: Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; Compete-lhe também estudar, propor e levar à execução medidas de prevenção de modo a evitar a ocorrência de acidentes graves ou catástrofes; Colaborar com os demais serviços municipais em ações de avaliação de risco, nomeadamente a peritagem a edifícios e instalações cujas condições sejam suscetíveis de constituir uma ameaça à segurança das pessoas e bens; Elaborar planos de prevenção e de emergência de âmbito municipal, gerais ou especiais, cuja execução esteja legalmente cometida às autarquias; Assegurar em articulação com as autoridades e agentes de proteção civil a execução das competências e missões que lhe forem

atribuídas no âmbito do sistema integrado de operações de socorro; Participar e garantir o funcionamento da Comissão Municipal de Proteção Civil e Conselho Municipal de Segurança.

3 - Habilitações literárias exigidas: Titularidade de licenciatura em Engenharia Florestal e de Recursos Naturais.

4 - Determinação do posicionamento remuneratório: De acordo com a alínea b) do artigo 12.º da Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro, o posicionamento remuneratório é o seguinte: carreira/categoria de técnico superior – 2.ª posição remuneratória/nível 15, a que corresponde a remuneração de 1 201,48 €.

5 – Âmbito do Recrutamento: O recrutamento será efetuado de entre candidatos que exerçam, ou tenham exercido funções correspondentes ao posto de trabalho a concurso, com sujeição ao poder hierárquico, à disciplina ou à direção dos serviços, sem vínculo jurídico adequado e que satisfaça necessidades permanentes do Município, nos termos do definido no artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e assim reconhecido por deliberação da Câmara Municipal, datada de 27 de fevereiro de 2018.

6 – Local de Trabalho: Área geográfica do Município do Bombarral

7 – Requisitos de Admissão: Exerça ou tenha exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional da carreira/categoria a concurso, sem o vínculo jurídico adequado, reconhecido nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro:

7.1 – Ser detentor dos requisitos cumulativos, enunciados no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, designadamente:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuosos pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- d) Possuir robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

7.2 – Possuir as habilitações literárias constantes do ponto 3 do presente aviso.

7.3 – No presente procedimento concursal não existe a possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiências profissionais, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro.

## 8 – Candidaturas:

### 8.1 – Prazo para apresentação de candidaturas:

10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP) e na página eletrônica do Município.

### 8.2 – Formalização das candidaturas:

As candidaturas devem ser formalizadas, até ao termo do prazo fixado, através do preenchimento de formulário tipo, de utilização obrigatória, disponível no setor de recursos humanos e/ou na página eletrônica do Município em [www.cm-bombarral.pt](http://www.cm-bombarral.pt), podendo ser enviadas por correio eletrónico para o endereço de email [recursoshumanos@cm-bombarral.pt](mailto:recursoshumanos@cm-bombarral.pt), até às 24:00 horas do último dia do prazo para apresentação das candidaturas, ou por correio registado com aviso de receção para Câmara Municipal do Bombarral, Praça do Município, 2540-046 Bombarral, ou pessoalmente no setor de Atendimento e Expediente Geral.

8.3 – O formulário de candidatura deverá ser devidamente preenchido e assinado, dele devendo constar, sob pena de exclusão, os elementos referidos no n.º 1 do artigo 27.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de janeiro.

8.4 – O formulário de candidatura deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, nos termos da alínea a) do n.º 9 do artigo 28.º da Portaria n.º 83-A, de 22 de janeiro, dos seguintes documentos:

- a) Currículo detalhado e atualizado, datado e assinado;
- b) Fotocópia dos certificados ou comprovativos de ações de formação realizadas com relevância para o posto de trabalho objeto de candidatura;
- c) Fotocópia legível do documento comprovativo das habilitações literárias.

8.5 - Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de duvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

8.6 - São motivos de exclusão, sem prejuízo de outros legalmente previstos:

- a) Não estar abrangido pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 112/2017 de 29 de dezembro e da decisão do órgão executivo prevista no n.º 3 do artigo 2.º do referido diploma;
- b) A apresentação de candidaturas fora do prazo;
- c) A falta de entrega dos documentos previstos no ponto 8.4;

8.7 – São igualmente excluídos, não sendo convocados para os métodos seguintes, os candidatos que:

- a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos;
- b) A não comparência à entrevista profissional de seleção (quando aplicável);
- c) A obtenção de uma valoração final inferior a 9,5 valores, quando haja lugar à aplicação de dois métodos de seleção, resultado do emprego da fórmula da alínea b) do ponto 9.3 do presente aviso;
- d) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular.

9 - Métodos de seleção: Nos termos do n.º 6 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o método de seleção obrigatório é a Avaliação Curricular.

9.1 – Avaliação Curricular (AC) – Visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas.

Para tal serão considerados e ponderados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, e que são os seguintes: Habilitação académica, formação profissional relevante para o desempenho das funções inerentes ao posto de trabalho a concurso. A Avaliação Curricular é expressa numa escala de 0 a 20 valores, sendo a classificação obtida através da média aritmética e simples dos elementos a avaliar:

- a) Habilitação Académica;
- b) Experiência profissional, sendo fator de ponderação o tempo de exercício de funções caracterizadoras do posto de trabalho a concurso;
- c) A formação profissional, considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e competências necessárias ao exercício da função.

9.2- Ordenação Final:

A ordenação final dos candidatos será expressa numa escala de 0 a 20 valores e resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$OF = AC (100\%)$$

Em que:

OF = Ordenação Final;

AC = Avaliação Curricular.

10 – As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultados aos candidatos, sempre que solicitadas.

11 – Composição do Júri:

Vogais Efetivos: Presidente – Maria Antónia Palma Vargas, Chefe de Divisão em regime de substituição, Elsa Margarida Costa Santos que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Cidália Maria Pancrácio dos Santos, Técnicas Superiores;

Vogais Suplentes: Maria Goreti Jacinto Oliveira e Márcia Maria Monteiro de Carvalho, Técnicas Superiores;

12 – De acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, há lugar a audiência dos interessados após a aplicação de todos os métodos de seleção e antes de ser proferida a decisão final.

13 - De acordo com o n.º 8 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, as notificações no âmbito dos procedimentos concursais, são preferencialmente efetuadas por correio eletrónico.

14 – As listas de ordenação final dos candidatos, após homologação, serão fixadas em local visível e público nas instalações do Município, disponibilizadas no sítio da internet do Município em [www.cm-bombarral.pt](http://www.cm-bombarral.pt), sendo ainda publicado aviso na 2.º série do Diário da República.

15 – O presente procedimento rege-se, em tudo o não expressamente previsto no presente aviso, pelas disposições constantes na Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 22 de junho e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

16 – Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público ([www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt)) e na página eletrónica do Município do Bombarral ([www.cm-bombarral.pt](http://www.cm-bombarral.pt)).

17 – Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora pública promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Bombarral, 27 de junho de 2018.

O Presidente da Câmara, Ricardo Fernandes, Dr.